

A denúncia do senador contra esse acordo

Para o senador Carlos Chiarelli, o acordo com os bancos deixa o Brasil nas mãos do Banco Mundial.

O anúncio oficial do fechamento do acordo da dívida externa omitiu informações que contrariam as declarações do ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, de que foi o melhor acordo já feito pelo Brasil. A denúncia foi feita ontem pelo senador Carlos Chiarelli (PFL-RS) e pelo economista Petrônio Portela Filho, que assessora a comissão da dívida externa do Senado. O documento do acordo, de 170 páginas, estabelece que os desembolsos estão submetidos à tutela do Banco Mundial (Bird), que exige, entre outras coisas, a implantação da reforma do sistema financeiro. O acordo depende ainda do projeto de conversão da dívida externa em investimento, e a suspensão da conversão seria considerada descumprimento de cláusula.

A comissão da dívida externa do Senado obteve o documento do acordo "por meio de investigações clandestinas e processos policiais", destacou Chiarelli, já que o governo se recusou a informar o Legislativo sobre as suas verdadeiras condições. "O espanto sobre as omissões foi grande", disse Petrônio Portela. Segundo ele, "estamos mais tu-

telados agora do que na época de Delfim Neto, já que o Bird é muito mais rigoroso". "E, por isso, acredito que o acordo é plenamente desfavorável para o País", completou o economista.

Segundo o senador Carlos Chiarelli, "enquanto prega a austeridade interna, o governo dá mostras de generosidade para com os credores externos". Ele explica que o Brasil vai pagar pela segunda vez, em menos de um ano, taxas de adesão antecipada sobre o mesmo montante de financiamento.

O senador gaúcho também critica o ministro Maílson da Nóbrega, que, segundo ele, mentiu ao informar à comissão da dívida externa do Senado que não existia versão preliminar do acordo, quando na verdade essa versão já estava pronta. A prova de que Maílson sonegou informações ao Senado, segundo ele, é o documento preliminar do acordo, datado de 9 de junho. Em telex enviado pelo próprio ministro à comissão, um dos trechos destaca que "ainda não existe versão preliminar". O telex foi emitido em 14 de junho, cinco dias depois de redigido o documento preliminar.



Carlos Chiarelli

Nas mãos do Bird

O documento do acordo da dívida com os bancos privados impõe 11 condições para a liberação da primeira parcela de dinheiro novo (US\$ 2,4 bilhões) e

cinco condições para a liberação de cada uma das duas parcelas subsequentes, nos valores de US\$ 350 milhões e US\$ 100 milhões. Pela leitura dessas condições, verifica-se que, se por um lado os nossos negociadores conseguiram desvincular o desembolso dos bancos privados ao monitoramento da economia brasileira pelo FMI, por outro colocaram o País nas mãos do Banco Mundial.

A liberação das três parcelas, conforme estabelece o acordo, ficou condicionada à concessão de empréstimos do Banco Mundial no valor de US\$ 1,02 bilhão, para diversos projetos na área agrícola e de combate a doenças endêmicas. Se por qualquer motivo o Bird não emprestar esse dinheiro, os bancos ficarão desobrigados de desembolsar as parcelas. Outra importante condição é que o Banco Central deverá comprovar aos credores que obteve autorizações legislativas, administrativas e governamentais para assinar o acordo.

A comissão da dívida externa do Senado vai fazer uma análise mais profunda do documento, e deverá convocar novamente o ministro Maílson da Nóbrega.